

IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES EM DIREITO

RESUMOS APROVADOS

I. DIREITO CONSTITUCIONAL/DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. A INCONSTITUCIONALIDADE DO REQUISITO DA MISERABILIDADE DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL E O ATIVISMO JUDICIAL.

Mirian Aparecida Caldas

Daniela Nunes

2. JUÍZES (DES)GOVERNADORES? UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DECISÓRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS Nº 126.292/SÃO PAULO E SUA COMPATIBILIDADE COM O NEOCONSTITUCIONALISMO.

Laércio Gomes dos Santos

3. OS EFEITOS POLÍTICOS DO USO DOS MECANISMOS DE DEMOCRACIA DIRETA NO CONSTITUCIONALISMO EQUATORIANO (1978-2011).

4. POVOS ORIGINÁRIOS E A TEORIA DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO: UM ESTUDO DO CASO VENEZUELANO.

Rafael Beltrão Urtiga

Maria Emília Miranda de Oliveira Queiroz

5. O PROBLEMA DA TITULARIDADE DAS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO DAS IMPLICAÇÕES DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE A PARTIR DA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.

Ana Carolina Amaral Pinto

Cláudia Xavier de Castro

Renata Xavier de Castro

6. TUTELA DA INTIMIDADE: UMA ABORDAGEM JURÍDICA SOBRE O *REVENGE PORN* NO BRASIL.

Flávia de Carvalho Silva

Gabriela Bianca Albuquerque de Souza

7. ORÇAMENTO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA E SEU CARÁTER AUTORIZATIVO COMO AFRONTA AO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO.

Analídy de Cabral Sobreira

8. DIREITO DE PROPRIEDADE COLETIVA DOS POVOS TRADICIONAIS: O CASO XUKURU E OS DESAFIOS DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NA JUSTIÇA BRASILEIRA.

Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega
Breno Assis de Andrade
João Augusto Maranhão de Queiroz Figueiredo

9. ANCESTRALIDADE, RESISTÊNCIA E RECONHECIMENTO: ANÁLISE DO DIREITO À TERRA QUILOMBOLA À LUZ DA ADI 3239/2004.

Clarissa Marques
Maria Luiza Rodrigue Dantas
Ingrid Tereza de Moura Fontes

10. O DIREITO À CIDADE DE OGUM: UMA CRÍTICA DECOLONIAL À DESAFRICANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO.

Aline Mendes
Clarissa Marques

11. DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL À LUZ DE UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL: O UNIVERSALISMO HOMOGENEIZANTE DO PADRÃO UNIVERSAL DE JUVENTUDE.

12. MEDIDA PROVISÓRIO NO MODELO PRESIDENCIALISTA: RESQUÍCIO DITATORIAL E A NECESSIDADE DE EVOLUÇÃO NO PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO.

Ana Beatriz de Araújo Lucena
Hélio Silvio Ourém Campos

13. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DOS DIREITOS POLÍTICOS NO BRASIL.

Anderson Vinicius Nunes de Lima
Bruno Celso Sabino Leite

14. REGULAMENTAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL DO DIREITO DE REUNIÃO NO BRASIL: ANÁLISE DA INTENSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE LEGIFERANTE NA DÉCADA DE 2010.

Tiago Cisneiros Barbosa de Araújo

15. LIMITES CONSTITUCIONAIS À EXPANSÃO PENAL: SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS POR MEIO DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, TELEMÁTICA E QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO.

Carlos Frederico Vasconcellos Monteiro Rosa
Izabella de Fátima Barros Melo de Collares Cunha Barreto

16. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL EXTRAJUDICIAL E A RECONSTRUÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.

Pedro de Oliveira Alves

17. A ORDEM DOS FATORES NÃO ALTERA O RESULTADO: UMA ANÁLISE ACERCA DA JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA.

João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira

Júlia Braga Torres

18. A INCONSTITUCIONALIDADE DAS ALTERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 287/2016 NO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.

Gustavo Valença

Maria Lúcia Barbosa

19. MAPEAMENTO DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO PLANO SUBNACIONAL BRASILEIRO.

Marcelo Labanca Corrêa de Araújo

Renata Gonçalves Perman

20. O LIMITE DO ATIVISMO JUDICIAL FRENTE O SISTEMA ACUSATÓRIO PROCESSUAL PENAL COMO EXPRESSÃO DA JUSTIÇA SUBSTANCIAL.

Letícia Cavalcanti de Carvalho Fonseca

Hauler dos Santos Fonseca

Helena Ana Cavalcanti de Carvalho Fonseca

21. A SUBJULGAÇÃO DE UM POVO E A GRILAGEM DE SUAS TERRAS.

Priscila Silva

Maria Lúcia Barbosa

22. DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE, O PROJETO CONSTITUCIONAL E A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 NO BRASIL.

Felipo Pereira Bona

Maria Lúcia Barbosa

23. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS MÉTODOS CLÁSSICOS DE INTERPRETAÇÃO JURÍDICA.

Edhyla Carolliny Vieira Vasconcelos Aboboreira

24. A TERCEIRIZAÇÃO COMO DESMANTELAMENTO DO ESTADO SOCIAL E REBUSTECENDO A OCORRÊNCIA DE DELITOS.

Adryel Freitas

Maria Lúcia Barbosa

25. LIMITES DA DEMOCRACIA BRASILEIRA A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.

Cinthia Nascimento

Maria Lúcia Barbosa

26. QUANDO O DIREITO INDIVIDUAL GANHA DA FORÇA DO PODER: ANÁLISE DO DIREITO ADQUIRIDO NO BRASIL.

Francisco Ivo Dantas Cavalcante

Thaminne Nathalia Cabral Moraes e Silva

Gina Gouveia Pires de Castro

27. O CONTROLE DO TERCEIRO SETOR PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS: UM ESTUDO COMPARADO DO MODELO DE REGULAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Kamilla Michiko Yazawa

Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega

28. AS ALTERAÇÕES PROCEDIMENTAIS PROMOVIDAS PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 PARA O INSTITUTO DA TUTELA DE URGÊNCIA TENDEM A IMPACTAR A EFETIVIDADE DO PROCESSO?

29. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E DO IMPULSO OFICIAL NO PROCESSO JUDICIAL CIVIL BRASILEIRO: DICOTOMIA OU CONJUNÇÃO DE INTERESSES NA PRODUÇÃO DO ATO PROCESSUAL E NO PROCEDIMENTO QUE ANTECEDE SUA CONCRETIZAÇÃO?

Emilio Paulo Pinheiro D'Almeida Lins

II. DIREITO INTERNACIONAL

1. PARADOXO COMPLEXO DA SELETIVIDADE SOBERANA – ESTUDO DE CASO E TRANSDISCIPLINARIDADE NA EFETIVIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.

Maurício de Albuquerque Wanderley

2. EL RÉGIMEN JURÍDICO-CIVIL DE LOS PARTOS MÚLTIPLES EN EL DERECHO ESPAÑOL.

Pilar Gutierrez Santiago

3. ANÁLISE DOGMÁTICA DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO. EXISTE INSTITUTO SEMELHANTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO ESPANHOL?

Rosalina Freitas Martins de Sousa

4. A EXTINÇÃO DA RESERVA NACIONAL DO COBRE E ASSOCIADOS (RENCA) SE CONSTITUI EM UM “ECOCÍDIO”? CONSIDERAÇÕES À LUZ DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL.

Aurélio Agostinho da Bôaviagem

Jennifer Klein Ferreira de Lima

5. A NOVA PERSPECTIVA DO BITCOIN NUM CONTEXTO DE EVASÃO FISCAL INTERNACIONAL.

Rafaela Guerra Monte

6. DIREITO AO ESQUECIMENTO E PROVEDORES DE PESQUISA UM ESTUDO COMPARATIVO DOS HARD CASES BRASILEIRO E EUROPEU.

Luiz Cláudio Cardona
Daniel Guedes Daher

7. CIDADANIA REGIONAL E CIRCULAÇÃO DE PESSOAS EM PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O MERCOSUL À LUZ DO PLANO DE AÇÃO PARA O ESTATUTO DA CIDADANIA E OS DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO DO BLOCO.

Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza
João Maurício Malta Cavalcante Filho

8. OS DESAFIOS JURISDICIONAIS À SOLUÇÃO DE CONFLITOS ENVOLVENDO ESTADOS SOBERANOS DIANTE DA GLOBALIZAÇÃO DA JUSTIÇA.

Mayara Nunes Medeiros

III. DIREITOS HUMANOS

1. A APLICAÇÃO DO *EFFET UTILE* PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS ÀS VIOLAÇÕES DE GARANTIAS PROCESSUAIS PENAIS E A COISA JULGADA NACIONAL.

Denise Luz
Maria de Fátima de Andrade Almeida

2. AS MARCAS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO RECIFE: DOS EIXOS CONTEMPLADOS AOS IGNORADOS.

Luis Emmanuel Barbosa da Cunha
Manoel Severino Moraes Almeida

3. DIGNIDADE HUMANA E DIREITO À IDENTIDADE DE GÊNERO E AO NOME: A CISHETERONORMATIVIDADE NOS PROCESSOS JUDICIAIS DE RETIFICAÇÃO DE NOME E GÊNERO EM PERNAMBUCO.

Anny Layssa Joana Rodrigues Silva
Artur Stamford da Silva

4. RESUMO ESTUDOS DE DIREITOS HUMANOS À LUZ DAS REGRAS DE BANGKOK E SUA RELAÇÃO COM AS BRASILEIRAS ENCARCERADAS.

5. INTERSECCIONALIDADE: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DE UM CONCEITO FUNDAMENTAL PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.

Sávio Silva de Almeida

6. PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES: CRIMES PRATICADOS NA DITADURA MILITAR CONTRA AS MULHERES E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

7. A RETOMADA DA SOBERANIA ESTATAL NAS COMUNIDADES: A EXPERIÊNCIA DO COMPAZ E SEUS CONFLITOS SOCIAIS.

Gabriela Rogério Borella
Raylan Francescoli dos Santos Souza
Maria Lúcia Barbosa

8. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E GARANTISMO PENAL: EXEMPLOS LATINO-AMERICANOS PARA A CONSOLOIDAÇÃO DE UM DIREITO PENAL MENOS INJUSTO.

Marcela Magalhães Albuquerque
Maria Lúcia Barbosa

9. ANÁLISE DO CASO VLADIMIR HERZOG VS. BRASIL SOB A ÓTICA DA RELAÇÃO SINALAGMÁTICA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.

Camilla Montanha de Lima

10. EDUCAÇÃO DIGITAL E DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA INTERNET.

Ludmila Lina Nascimento Pontes
Alexandre Henrique Tavares Saldanha

11. O CONFLITO DA RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS EM CONCURSO PARA PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR COM UMA VAGA EM CADA ÁREA DO CONHECIMENTO E OS DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO.

Sandra Mara Silva de Leon

IV. DIREITO E GÊNERO

1. A NECESSÁRIA DESJUDICIALIZAÇÃO NA PROMOÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS TRANSEXUAIS.

Fabiana Leite e Clarissa Marques

2. ALTERAÇÃO DO NOME CIVIL COM A TRANSGENITALIZAÇÃO: O ESTADO BRASILEIRO DEVE AMPARAR OS DOIS PROCESSOS PARA A GARANTIA PLENA DA DIGNIDADE DA PESSOA TRANSEXUAL.

Maria Luísa Oliveira Mergulhão de Freitas Henriques
Paulo Francisco de Barros

3. FEMINISMO E DIREITO: ANÁLISE DE DECISÕES JUDICIAIS.

Anne Cristine da Silva Cabral
Bruna Stephanny Moraes de Oliveira Silva

4. TRANSEXUALIDADE: CONTEXTOS DISCRIMINATÓRIOS NO MERCADO DE TRABALHO E A INDISPENSÁVEL CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO ATUAL CENÁRIO CONSTITUCIONAL.

Angélica Souza Veríssimo da Costa
Rogéria Gladys Romeu Sales

5. TRANSGÊNEROS NO MERCADO DE TRABALHO.

Pedro Vinicius da Silva Queiroz

6. O COMPLEXO DO CURADO EM PERNAMBUCO E A POPULAÇÃO LGBTTT EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICO-CRÍTICA A PARTIR DA INTERVENÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.

Marília Montenegro Pessoa de Mello
Neon Bruno Doering Morais
Gustavo Pires de Carvalho

7. DA VITIMIZAÇÃO A MORTE: O CAMINHO PERCORRIDO PELAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.

Rita de Cássia
Dállete Janyle
Taís Ferreira

8. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MÍDIA: ASPECTOS MORAIS DO DISCURSO MUDIÁTICO SOBRE CRIMES DE GÊNERO NO SERTÃO DO PAJEÚ - PE.

Nicole Louise Macedo Teles de Pontes
Jônatan David Santos Pereira

9. CASAMENTO INFANTIL FEMININO: A PERSPECTIVA DO PODER SIMBÓLICO.

Vagner Antonio dos Santos Silva
Felipo Pereira Bona

10. DESMISTIFICANDO O EMPODERAMENTO: SOBRE OS LIMITES E O POTENCIAL CRÍTICO DO USO DA PALAVRA PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POR JURISTAS.

Cecília Gomes de Sá

11. ASSASSINATOS TRANS-HOMOFÓBICOS: UMA PESQUISA EMPÍRICA DOS PROCESSOS CRIMINAIS E UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICO-QUEER DA VIOLÊNCIA LETAL NA CIDADE DO RECIFE.

Diego José Sousa Lemos

12. ENTRE A PUNIÇÃO E O EMPODERAMENTO: APOSTAS RESTAURATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.

13. O GÊNERO NA DOSIMETRIA DA PENA: UM ESTUDO COMPARATIVO DO JULGAMENTO DE ACUSADOS DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS.

Marcela Martins Borba
Júlio Emílio Cavalcante Paschoal
Tarcila Maia Lopes

V. FILOSOFIA DO DIREITO

1. A BIOÉTICA NO BIODIREITO: UMA FORÇA RETÓRICA.

2. A INSOLUBILIDADE DO PROBLEMA DO CONCEITO DO DIREITO.

Ítalo José da Silva Oliveira

3. O LIVRE CONVENCIMENTO, A PANACEIA PRINCIPIOLÓGICA E A CRISE DE MODELO DECISÓRIO BRASILEIRO: O JUIZ, O FLAUTISTA E OS RATOS.

Renato Luiz Ferreira Dowsley de Moraes

4. PERSPECTIVA CRÍTICA CRIATIVA CONSTRUTIVA: MODELO PARA PESQUISA EMPÍRICA NO DIREITO A PARTIR DA DECISÃO JURÍDICA.

Vinícius Leão de Castro

5. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS DA CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO: REFLEXÕES PONTUAIS.

Rodrigo Bastos de Freitas

6. SOBRE CORPOS INFAMES: A PRODUÇÃO DOS ENUNCIADOS DE PODER E EXCLUSÃO NAS NARRATIVAS DO JORNALISMO POLICIAL.

Renata Celeste

7. O PARADIGMA BIOPOLÍTICO DE GIORGIO AGAMBEN COMO FORMA DE COMPREENSÃO DA REALIDADE JURÍDICO-POLÍTICA BRASILEIRA: ANÁLISE DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM.

8. MULTICULTURALISMO NA MODERNIDADE: ENTRE LIBERALISMO, COMUNITARISMO E INTERCULTURALISMO.

André Ribeiro de Aquino

9. QUANDO HERMES FALA O QUE PENSA, COMO AGEM OS DEUSES? UMA DESCRIÇÃO RETÓRICA DO PROBLEMA LINGUÍSTICO DA DECISÃO JURÍDICA CRIADORA.

Pablo Ricardo de Lima Falcão

Antônio Lopes de Almeida Neto

10. SOBERANIA E TERRITÓRIO EM PROCESSOS DE (DES) CONSTRUÇÃO: CAMINHOS PARA A JUSTIÇA NO SÉCULO XXI EM TERMOS DE ESCALA GLOBAL.

Rosa Maria Freitas

Maria Eduarda Matos de Paffer

Arthur de Oliveira Xavier Ramos

11. ÉTICA, JUSTIÇA E DIREITO A PARTIR DO PENSAMENTO DE EMMANUEL LEVINAS.

Paulo Henrique Amorim França

12. O INSTITUTO JURIDICO DO “SPOUSAL PRIVILEGE”. UM ESTUDO COMPARADO À LUZ DO PENSAMENTO DE RONALD DWORKIN.

Rosângela Araújo Viana De Lira

Kennedy Anderson Domingos De Farias

13. INSTITUIÇÕES DA LIBERDADE NA FILOSOFIA DO DIREITO DE HEGEL.

João de Araújo Ximenes

VI. DIREITO CIVIL/DIREITO EMPRESARIAL/DIREITO DO CONSUMIDOR

1. MULTIPARENTALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO: OS EFEITOS DA REPERCUSSÃO GERAL 622 NAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS.

Ana Caroline Alves Leitão

Maria Rita de Holanda Silva Oliveira

2. O RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO *POST MORTEM* PARA FINS DE PENSÃO POR MORTE: UMA ANÁLISE DA INTERVENÇÃO DE PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO DE FAMÍLIA NO ÂMBITO PREVIDENCIÁRIO.

Antônio Luiz Duarte dos Santos

Maria Rita de Holanda Silva Oliveira

3. A LIBERDADE DE TESTAR E A RESSIGNIFICAÇÃO DO INSTITUTO DA LEGÍTIMA NO DIREITO DAS SUCESSÕES: PERSPECTIVAS A PARTIR DE UM DIÁLOGO COM O SISTEMA INGLÊS.

Gustavo Henrique Baptista Andrade

Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt Junior

4. A NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO JURÍDICO DAS UNIÕES POLIAFETIVAS.

Ana Catarina Mendes B. Diniz

Irena Maria Leonardo Cardoso

5. OS EFEITOS JURÍDICOS DA “ADOÇÃO À BRASILEIRA” SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

Maria Helena Leiro Bancillon de Aragão

Maria Rita de Holanda Silva Oliveira.

6. BIODIREITO: CAMINHO PARA A (DES)CONSTRUÇÃO DO TESTAMENTO VITAL.

7. A INCONSTITUCIONALIDADE DA CULPA NO DIREITO SUCESSÓRIO: SUCESSÃO DO CÔNJUGE APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010.

Derlange Navarro

8. RELAÇÕES CONJUGAIS SIMULTÂNEAS.

Luciana da Fonseca Lima Brasileiro Auto

9. A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE COMO ELEMENTO DA EDUCAÇÃO JURÍDICO-URBANÍSTICA EMANCIPATÓRIA.

Felipe Jardim da Silva

10. ABERTURA DE DIREITOS AUTORAIS SOBRE RECURSOS EDUCACIONAIS DISPOSTOS EM AMBIENTE DIGITAL.

Marina de Araújo Tenório

11. A RESPONSABILIDADE DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA PERDA DA OPORTUNIDADE.

Aline Carolina Albuquerque de Oliveira Menezes de Farias

12. AS TITULARIDADES DOS DIREITOS DIFUSOS : UMA NOVA CATEGORIA JURÍDICA LIGADA AO PERTENCIMENTO E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES PRIVADAS.

Everilda Brandão Guilhermino

13. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO PELA PERDA DE UMA CHANCE.

Renata Oliveira Almeida Menezes

Veruschka Martins de Miranda Muniz de Farias

14.. O CRESCIMENTO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL E OS IMPACTOS NAS OPERAÇÕES DE SHOPPING CENTERS.

Gabriela Misseno Tenório de Vasconcelos

José Alexandre Barbosa de Lima Filho

15. MERCADO ÚNICO DIGITAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CRIAÇÃO DE UM MERCADO ÚNICO DIGITAL EUROPEU.

16. DIREITO DO CONSUMIDOR EM PERSPECTIVA COMPARADA: UMA ABORDAGEM JURIMÉTRICA E O CASO BRASILEIRO.

Paulo Fernando de Lima Oliveira

17. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS SEGUNDO O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL : O EXTRAVIO DE BAGAGEM E SUA INDENIZAÇÃO NO BRASIL.

Andréa Virgínia Berenguer de Barros e Silva

Torquato da Silva Castro Júnior

VII. DIREITO DO TRABALHO

1. ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS MANIFESTAÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS DE 1964 E NA ATUALIDADE.

2. A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO: UMA EVOLUÇÃO NECESSÁRIA.

Renato Hayashi

3. O ART. 15 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A UNIDADE DO DIREITO PROCESSUAL A SERVIÇO DA APLICAÇÃO SUPLETIVA AO PROCESSO ESPECIAL DO TRABALHO.

4. TERCEIRIZAÇÃO: AFRONTA AOS DIREITOS SOCIAIS.

Valéria Sombra Lopes

5. A EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR IMIGRANTE CLANDESTINO, NO CONTEXTO DA REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL: PARA UMA VISÃO ANALÍTICA ARTICULADA COM OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Ariston Flávio Freitas da Costa

Maria Clara Bernardes Pereira

Tieta Tenório de Andrade Bitu

6. A NOVA TERCEIRIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO: LEGITIMAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO E AUMENTO DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA.

Jadeíra Cunha Ribeiro

Isabele Bandeira de Moraes D'Angelo

7. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS A RESPEITO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA CRÍTICA.

Larissa Ximenes de Castilho

8. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE.

Crislaine Carla de Melo

9. A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL E SEUS DESAFIOS: UM ESTUDO COMPARADO.

Thaysa Silva Nogueira

Marcela Proença Alves Florêncio

10. A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA, SEUS “NOMES” E A LISTA SUJA: (IM)PACTOS E RETROCESSOS.

Isabele Bandeira de Moraes D’Angelo
Anne Gabriele Alves Guimarães
Rebeka Yasmim Teotônio Pereira Rabêlo

11. ANÁLISE DOS REFUGIADOS ECONÔMICOS SOB OS FUNDAMENTOS DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA: SUA PERSPECTIVA NORMATIVA E SOCIOLOGICA NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS.

Renata Alves Calabria
Maria Lúcia Barbosa

12. A ANÁLISE PARA ARBITRAR INDENIZAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL REFERE-SE À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DIRETAMENTE OU ESSA DIGNIDADE É MITIGADA PELO PODER ECONÔMICO QUE DETÉM A PESSOA?

Renata Alves Calabria
Maria Lúcia Barbosa

13. O TRABALHO DOMÉSTICO COMO EXÉRCITO RESERVA DE MÃO-DE-OBRA.

Juliana Teixeira Esteves
Marina Freitas Moura

14. A (IN)SEGURIDADE SOCIAL FRENTE AO INSTITUTO DA DRU: A TERATOLOGIA (IN)CONSTITUCIONAL DAS EMENDAS AOS ADCT.

Juliana Teixeira Esteves
Vitor Gomes Dantas Gurgel

15. ESCRAVIDÃO MODERNA E OS CABRESTOS CONTEMPORÂNEOS: A MORDACIDADE DA LEI DA TERCEIRIZAÇÃO.

Danietty Taís Pereira Lima

16. DIREITO DO TRABALHO E ECONOMIA DE COMPARTILHAMENTO: REFLEXÕES ACERCA DE POSSIBILIDADES FUTURAS.

Felipe Buril Fontes
Vanessa Gabrielle Garcia de Moraes

17. ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO PÓS-INDUSTRIAL: UM PASSO PARA ÉTICA DIALÓGICA E REDEFINIÇÃO DO OBJETO DO DIREITO DO TRABALHO.

Diego Nieto de Albuquerque

18. REFORMAS E RETROCESSOS: O CONTROLE DIFUSO DE CONVENCIONALIDADE DERIVADO DO DEVER ESTATAL DE PROTEGER DIREITOS HUMANOS.

Tiago Muniz Cavalcanti
Juliana Teixeira Esteves

VIII. DIREITO AMBIENTAL

1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DE REPARAR DANOS AMBIENTAIS E SEUS PRESSUPOSTOS.

João Carlos Cavalcanti de Rangel Moreira Filho

2. A ABORDAGEM DA ÉTICA AMBIENTAL NAS DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO BRASIL.

Ana Carolina Ferreira de Melo Brito

3. A GESTÃO AMBIENTAL, A SUSTENTABILIDADE E O DIREITO À CIDADE.

Mariana Clemente

4. IMPOSTO CHILENO SOBRE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS COMO POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO AMBIENTAL BRASILEIRO.

Antonio Vaz Pereira do Rêgo Neto

5. PERSPECTIVAS JURÍDICAS DA SUSTENTABILIDADE NA LEI DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Verônica Maria Bezerra Guimarães

6. A INFLUÊNCIA DO MEIO AMBIENTE PARA A REVERSÃO DO BAIXO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, APRESENTADA NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA ÓPTICA DE INCLUSÃO SOCIAL.

Fenelon Pinheiro Silva Neto

Virgínia de Carvalho Leal

7. O DIREITO E A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Raíssa Cristina Pacheco dos Santos

Maria Cristina Pacheco de Gois

IX. DIREITO PENAL

1. A SUPRESSÃO DO DIREITO DE VISITAS ÍNTIMAS AOS ADOLESCENTES INSERIDOS NAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO EXISTENTES NO BRASIL.

Reinaldo Alves Pereira

2. DO SIGNIFICADO POLÍTICO DA CULPABILIDADE: ANÁLISE SOBRE A EXPOSIÇÃO DA FACE POLÍTICA DA CULPABILIDADE POR MEIO DA ADMISSÃO DE CAUSAS SUPRALEGAIS DE INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA PELO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO.

Simone de Sá Rosa Figueirêdo

3. TEORIA DO PODER IMPLÍCITO E O CAMPO DE ABRANGÊNCIA DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Pedro Alves

4. UNIÕES PARALELAS E BIGAMIA: UM ENSAIO SOBRE A TIPIIFICAÇÃO PENAL.

Vanessa Alexsandra de Melo Pedroso

Simone Mendes Amorim de Almeida

Carlos Jair de Oliveira Jardim

5. JUSTIÇA RESTAURATIVA E SISTEMA PENAL: DA (IM)POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO ENTRE ESSES MODELOS DE GESTÃO DE CONFLITOS.

Regina Célia Lopes Lustosa Roriz

Enrico Lopes Lustosa Roriz

6. HERANÇAS DO POSITIVISMO CRIMINOLÓGICO E JUSTIÇA JUVENIL.

Carolina Cunha

Elaine Nunes

7. O PERFIL DA MULHER DETIDA POR TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE DO RECIFE.

Danyelle Do Nascimento Rolim Medeiros Lopes

Helena Rocha Coutinho de Castro

Manuela Abath Valença

8. EXECUÇÃO DA PENA APÓS CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA AGNÓSTICA DA PENA.

Homero Ribeiro

Benick Santana

9. TRÁFICO DE DROGAS E MULHERES: ENTRE AUTORITARISMOS, SELETIVIDADES E PERMANÊNCIAS.

Iricherlly Dayane da Costa Barbosa

10. LÓGICA PUNITIVA E ENCARCERAMENTO EM MASSA: RETRATOS DO DIREITO PENAL BRASILEIRO.

Glebson Wesley Bezerra da Silva

Cláudio Matheus da Silva Gomes

11. A BUSCA POR MANIFESTAÇÕES PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL.

12. A ENTRADA FRANQUEADA E A BUSCA PELA VERDADE REAL: UM RESQUÍCIO INQUISITÓRIO NOS CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS.

Amanda de Luna Cavalcanti

13. A PERMANÊNCIA DO DISCURSO MENORISTA E A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL.

Gisele Vicente Meneses do Vale

14. PLANO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO: DIAGNÓSTICO DO QUADRO NORMATIVO DESCENTRALIZADO ENQUANTO FATOR INDUTOR DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM PERNAMBUCO.

Sara Luz

15. CULTURA POLICIAL E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: VIOLÊNCIA E AUTORITARISMO.

Maria Adélia Gomes Correia de Melo

Maria Júlia Moura Vieira

16. MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO COMO FORMA DE COMBATE AO ENCARCERAMENTO FEMININO EM MASSA: UMA ANÁLISE À LUZ DAS NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.

Giovanna Maria Rolim Ximenes

Jéssica Leite Bezerra de Melo

Willana Alves de Albuquerque

X. DIREITO TRIBUTÁRIO

1. A FUNÇÃO EXTRAFISCAL DO IPI NA RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL.

Lorena Cordeiro Dornelas

2. IMPACTO DOS INCENTIVOS FISCAIS NO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.

3. JUSTIÇA FISCAL NA ERA DE AUSTERIDADE.

Priscila Emanuele Falcão de Oliveira Menezes

4. AS EMPRESAS TRANSNACIONAIS E A EROSÃO DA SOBERANIA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS: OS DESAFIOS ATUAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL.

Bianca Davi Pereira de Almeida

José André Wanderley Dantas de Oliveira

5. PLANEJAMENTO FISCAL INTERNACIONAL IMORAL E O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES FISCAIS COMO INSTRUMENTO PARA SEU COMBATE: A IMORALIDADE DO CASO STARBUCKS.

Idalina Cecília Fonseca da Cunha Hinrichsen

Luciana Grassano de Gouvêa Mélo

6. TRIBUTAÇÃO ÓTIMA E TAX DESIGN.

Roberto Gomes de Albuquerque Melo Júnior

7. A EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA NOS IMPOSTOS INDIRETOS.

Victor Lúcio Cavalcanti Poroca

8. O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E A BARREIRA À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA GERAÇÃO – QUANDO O ESTADO É O ALGOZ.

William Victor Costa Sougey